



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.834.2016-20.

ENTIDADE: Câmara Municipal de Eptaciolândia.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eptaciolândia, referente ao exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: Marco Ribeiro.

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.489/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Epitaciolândia. Ausência de atualização do Portal de Transparência. Não criação do serviço de informação ao cidadão. Não implantação do Sistema de Controle Interno. Contratação de serviço sem indicação do devido processo licitatório. Irregularidade. Aplicação de multa. Comunicação do apurado ao Ministério Público Estadual. Notificação do atual Presidente da Câmara Municipal. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** considerar, com fulcro no artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, **irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Epitaciolândia**, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Mesa Diretora, à época, em face: **a)** da ausência de atualização do Portal de Transparência, **b)** da não criação do serviço de informação ao cidadão, **c)** da não implantação do Sistema de Controle Interno, e **d)** da contratação de serviço sem indicação do devido processo licitatório; **2) aplicar multa** ao Senhor **Marco Ribeiro**, com fulcro no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em razão das impropriedades apontadas na Prestação de Contas, devendo ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que

Processo nº 21.834.2016-20-TCE Acórdão nº 10.489/2017/Plenário Página 1 de 2

entender pertinentes, diante da não comprovação de realização de procedimento licitatório para os casos em que a Lei Federal nº 8.666/93 prevê obrigatoriedade; **4) notificar** o atual Presidente da Câmara Municipal de Epitaciolândia, para tomar ciência desta decisão e do apurado pela análise técnica, a fim de que promova as correções cabíveis. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro** e a Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**.

Rio Branco – Acre, 21 de setembro de 2017.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Fui presente:

MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC